

A GRAMÁTICA COMO LUGAR DE MATERIALIZAÇÃO DE DIZERES SOBRE
A LÍNGUA: O CASO DO SUBSTANTIVO NA 1.^a E NA 37.^a EDIÇÃO DA
MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA DE EVANILDO BECHARA

GRAMMAR AS PLACE OF MATERIALIZATION OF DISCOURSES ON
LANGUAGE: THE CASE OF NOUNS IN THE 1ST AND THE 37TH EDITION
OF EVANILDO BECHARA'S *MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA*

Thaís de Araujo da Costa
Universidade Federal Fluminense
araujo_thais@yahoo.com.br

RESUMO: No presente artigo, a partir da articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso, analisamos os capítulos dedicados ao estudo do substantivo da 1.^a e da 37.^a edições da *Moderna Gramática Portuguesa* de Evanildo Bechara, publicadas, respectivamente, em 1961 e 1999. A análise desenvolvida demonstrou que, enquanto produtos históricos resultados de gestos de interpretação procedidos por sujeitos-gramáticos, sob determinadas condições de produção, as gramáticas configuram-se como lugares de materialização de dizeres sobre a língua que supõem descrever, dizeres esses que, por sua vez, também são determinados historicamente.

ABSTRACT: In this article, based on the articulation between the History of the Linguistic Ideas and Discourse Analysis, we analyze the chapters dedicated to the study of the noun of the 1st. and the 37th. editions of the *Moderna Gramática Portuguesa* of Evanildo Bechara, published, respectively, in 1961 and 1999. The developed analysis showed that, as historical products, results of gestures of interpretation performed by subject-grammarians under certain production conditions, the grammars are configured as places of materialization of discourses on language they are supposed to describe, discourses which, in turn, are also historically determined.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. Substantivo. Moderna Gramática Portuguesa. Evanildo Bechara. História das Ideias Linguísticas. Análise de Discurso.

L'historien des idées linguistiques est au fond devant deux types de phénomènes : la permanence, la réinscription des mêmes connaissances dans des matériaux discursifs différents ; ou au contraire le changement plus ou moins marqué, l'émergence de théories et de concepts nouveaux.

(FOURNIER, 2008, p. 35)¹

Introdução

A *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP) é comumente significada como “(...) um livro referencial nos estudos linguísticos luso-brasileiros, que integra a bibliografia oficial de todos os cursos de letras das universidades brasileiras” (Henriques, 1998, p. 29). A sua primeira edição foi publicada em 1961 num período ainda de interpretação (Baldini, 1999)² da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), implementada em 1959, e de instituição e disciplinarização da então chamada Linguística Moderna nas universidades. Teve trinta e sete edições até 1999, sendo a trigésima-sétima, apesar das adequações realizadas em 2009 em atendimento ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa³, reimpressa até 2015, quando foi publicada a 38.^a edição.

Após trinta e seis edições com poucas alterações, observamos na 37.^a edição, uma grande diferença em relação à primeira. Isso porque ela veio a lume num momento em que a ciência linguística e a NGB já se encontravam instituídas e naturalizadas no país, o que significa dizer, como podemos depreender a partir de Orlandi (2002), que também já se encontravam instituídos (e distintos)

¹ “O historiador das ideias linguísticas está no fundo diante de dois tipos de fenômenos: a permanência, a reinscrição dos mesmos conhecimentos em materialidades discursivas diferentes; ou, ao contrário, a mudança mais ou menos marcada, a emergência de teorias e conceitos novos” [trad. do autor].

² Trata-se, conforme o autor, de um momento em que são realizados concursos de interpretação da NGB e publicadas várias gramáticas, comentários e manuais que, enquanto produtos de gestos de interpretação, visando explicá-la, comentá-la, criticá-la, (re)produzem sentido para a terminologia tornada oficial.

³ Assinado por Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe em 1990 e ratificado pelo Timor-Leste em 2004. Foi implementado no Brasil por meio de um decreto presidencial em 2009, permanecendo em período de adaptação até 1.^o de janeiro de 2016.

os lugares do gramático e do linguista, bem como as práticas discursivas e os saberes a esses lugares filiados⁴.

Notadamente por essa(s) gramática(s), mas também por outras contribuições no que diz respeito à (re)produção do conhecimento linguístico-gramatical sobre a língua no/do Brasil, Evanildo Bechara é considerado atualmente como o gramático vivo mais importante do país. Daí termos selecionado as gramáticas filiadas ao nome deste autor como *corpus* a ser analisado neste artigo⁵. Nesta reflexão, propomo-nos, a partir da articulação entre a História das Ideias Linguísticas (S. Auroux e E. Orlandi) e a Análise de Discurso (M. Pêcheux e E. Orlandi), a analisar os capítulos destinados ao estudo do substantivo das edições supracitadas, visando depreender a relação estabelecida na gramática – e, portanto, no dizer do gramático sobre a língua – entre os saberes filiados ao domínio da Gramática e ao da Linguística nas diferentes condições de produção em questão. Antes, no entanto, faz-se preciso compreendermos a singularidade do processo de instituição e disciplinarização dos estudos linguístico-gramaticais desenvolvidos no Brasil.

1. A publicação da MGP e a instituição, disciplinarização e historicização dos estudos linguístico-gramaticais no Brasil

Do final do século XIX ao início do século XX, houve o que Orlandi (2002) caracterizou como um período de deslocamento da produção do saber gramatical de Portugal para o Brasil. Nessa época, acontecimentos linguísticos promoveram, ainda que de forma incipiente e ainda que em outros espaços que não as gramáticas, as primeiras reflexões teóricas acerca da língua nacional brasileira, reflexões estas marcadas por posições que defendiam a especificidade dessa língua em relação à de Portugal e posições que procuravam estabelecer

⁴ Diz Orlandi (2002, p. 194): “Após a imposição da NGB, por decreto, a Linguística adquire prestígio (científico) perante a Gramática. Com a elaboração de sua metalinguagem, a Linguística produz um efeito – no plano do conhecimento da língua – sobre a Gramática tal como era concebida no século XIX. A Gramática – via esforço terminológico da NGB imposta por um decreto do Estado – persiste no entanto no ensino escolar, produzindo efeitos sobre o conhecimento da língua, ao lado do conhecimento linguístico e de sua metalinguagem. O fato dessa convivência é fundamental”.

⁵ A reflexão aqui apresenta é fruto de nossa tese de doutorado, a qual foi desenvolvida sob a orientação da Profa. Vanise Gomes de Medeiros na Universidade Federal Fluminense (UFF-2016), com período de estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, sob a supervisão de Jean-Marie Fournier.

para ela uma certa norma da tradição literária clássica portuguesa⁶. O que estava em jogo, portanto, nesse momento era uma disputa em relação a quem (não) poderia e (não) deveria produzir conhecimento sobre a língua no/do Brasil e, sobretudo, aos usos que (não) deveriam ser considerados próprios a essa língua. Tal disputa, como pontua Orlandi, se dava, todavia, não só entre portugueses e brasileiros, mas também em território nacional entre brasileiros e brasileiros, que, por vezes, identificados ao imaginário linguístico imposto pela memória de uma norma associada a uma certa tradição literária portuguesa, conforme Medeiros e Mattos (2012, p. 54), ainda falavam “em grande medida do lugar do português”.

Foi, portanto, nessa época que se instituiu o lugar de autoria do gramático brasileiro que fala sobre a sua própria língua, mais especificamente, a partir da publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, em 1881. O que se

⁶ Referimo-nos aqui aos famosos debates estabelecidos entre o brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas e, posteriormente, entre o português Camilo Castelo Branco e o brasileiro Carlos Laet a propósito de passagens de um poema de Fagundes Varela, este também brasileiro. José de Alencar, no posfácio de *Iracema* (1865 – 1.^a edição; 1870 – 2.^a edição), reivindicava o direito a certa originalidade na escrita. O português Pinheiro Chagas, no entanto, em seus *Novos Ensaios Críticos*, diante de tal reivindicação, como pontua Elia (1975), fez correções à linguagem empregada no romance *Iracema*, advertindo contra “a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais” (apud Elia, *ibid.*, p. 119). Já o embate entre o português Camilo Castelo Branco e o brasileiro Carlos Laet, travado no *Jornal do Comércio*, se deu, como nos explicam Silva e Filho (2012), em função da publicação pelo romancista português de uma coletânea, intitulada “Cancioneiro Alegre”, na qual havia excertos de escritores portugueses e brasileiros – dentre estes Álvares de Azevedo, Gonçalves Dias, Moniz Barreto e Fagundes Varela. Nesse cancionário, Camilo por duas vezes criticou empregos linguísticos encontrados em Fagundes Varela: a primeira em virtude da flexão de número plural em “*Haviam* brisas e passarinhos, ilusões e devaneios”; e a segunda por causa do emprego do pronome oblíquo tônico *lhe* em vez do átono *o* em “As musas *lhe* favoreçam”, o que já à época era significado, como podemos depreender em Silva e Filho (*ibid.*, p. 134), como um uso próprio à chamada “sintaxe coloquial brasileira”. A esta última crítica, Laet, em defesa de Varela, replicou o escritor português apontando diversos desvios em seus textos, como o emprego de *esvoaçaram-se*, como verbo reflexivo, e de um “*houveram* coisas terríveis”, concordância esta que Camilo rejeitara no texto de Varela. Data também desse período a fundação no Brasil de uma prática que já era comum em Portugal, a saber: a publicação de colunas sobre língua no jornal, colunas estas que à época eram chamadas de *Consultórios gramaticais*. Em Nascentes ([1939] 2003), Neto (1963), Elia (1975), Guimarães (1996a/ 2004a) e Marcondes (2008), são apontados como precursores desta prática no Brasil o português Cândido de Figueiredo, que também publicava na imprensa portuguesa, e o brasileiro Cândido Lago. Ambos mantinham, na mesma época, seções em jornais brasileiros de grande circulação: Figueiredo, no *Jornal do Commercio*, sob o título de “O que se não deve dizer”; e Lago, no jornal *Correio da manhã*, sob o título de “O que é correcto”.

buscava com esse deslocamento, contudo – deve-se frisar –, não era, de acordo com Orlandi (2002, p. 157), um total distanciamento da língua de Portugal, mas a “autoridade de se dizer *como* é essa língua”. No momento em que irrompem no Brasil os ideais republicanos, não basta, conforme a autora, ao brasileiro saber a sua língua, é preciso que “ele saiba que sabe” e – nós acrescentaríamos – é preciso que os outros saibam que ele sabe também. Assim, é na gramática que a visibilidade desse saber é instituída perante a sociedade brasileira e também perante os demais estados nacionais. A gramática é, nessas condições de produção, o lugar de materialização da relação entre Língua e Estado nacional, de construção da sua unidade, da sua identidade. O gramático brasileiro do século XIX, ao assumir a produção de um saber linguístico-gramatical que não é mera reprodução do saber português, passa, então, a ocupar um lugar de autoridade frente à produção desse saber e de responsabilidade como intelectual na construção da identidade (linguística) nacional⁷.

Até meados do século XX, como podemos depreender a partir de Maciel ([1910] 1996) e de Medeiros e Pacheco (2009), o lugar do gramático encontrava-se estreitamente ligado ao lugar do professor de língua portuguesa, de modo que um legitimava a prática do outro⁸. A institucionalização do campo disciplinar língua portuguesa em escolas e colégios serve, nesse momento, à constituição/legitimação do lugar do gramático brasileiro, promovendo, em função disso, a sobreposição dos processos de gramatização e de disciplinarização dos conhecimentos sobre a língua no/do Brasil.

Para Auroux ([1992] 2009), a gramatização diz respeito ao processo de instrumentação e descrição de uma língua a partir da produção de instrumentos linguísticos. Já a noção de disciplinarização, segundo Puech (1998/2004), designa o processo histórico pelo qual o conhecimento filiado a um dado domínio de saber constitui-se como disciplina. Esse processo implica, ainda, um outro que representa, conforme o autor, um dos seus aspectos mais vastos: a manualização, processo pelo qual “*les savoirs linguistiques s'exposent et se diffusent à des fins opératoires de transmission, appropriation, réinvestissement,*

⁷ Referimo-nos aqui, com Orlandi (2002), à instituição do lugar discursivo do gramático brasileiro, que, em seu fazer, a partir da sua filiação a uma dada teoria, produz um saber gramatical sobre a sua língua a partir do lugar do brasileiro, e não mais do português. Deve-se ressaltar, porém, que esse lugar então instituído convivia com lugares outros, em que se observava a ainda uma prática de reprodução.

⁸ No final do século XIX, há a imposição, como requisito não só para ingresso no quadro de magistério do Colégio Pedro II (fundado em 1837), mas também, uma vez nesse quadro, para obtenção de promoções de carreira, de que os professores de português produzissem estudos/compêndios gramaticais (Medeiros; Pacheco, 2009).

plutôt que du produit à proprement parler, c'est-à-dire du manuel comme objet socioculturel clairement identifiable par rapprochement/différenciation (d') avec d'autres produits du monde savant" (Puech, 1998, p. 15)⁹. Notemos aqui que a diferença entre gramatização e disciplinarização/manualização reside no fato de que esta, diferentemente daquela, pelo menos a princípio, tem como finalidade a produção de um dado conhecimento para ser transmitido na escola ou na universidade, o que significa que esse processo se constitui a partir do encontro entre um certo discurso científico e um certo discurso pedagógico, os quais se fazem significar nos chamados manuais.

Daí, conforme Savatovsky (1995, p. 69), ter a disciplinarização/manualização como resultado a distinção entre *conhecimento* e *saber*, de modo que aquele passa a ser “préalable, donc extérieur à la scolarisation”¹⁰. Como pontua Dezerto, “conhecimento produzido não tem o mesmo *status* que conhecimento transmitido” (2013, p. 84). Quando do processo de disciplinarização de um conhecimento produzido, instaura-se o que o autor designa como “efeito de transmitibilidade”, a partir do qual aquele é didatizado e colocado sob a forma de *saber* passível de ser ensinado na escola ou na universidade.

No Brasil, o processo de disciplinarização do conhecimento sobre a língua portuguesa se deu de forma singular. No final do século XIX e início do século XX, não se podia falar ainda na existência de um efeito de transmitibilidade decorrente da didatização do conhecimento linguístico produzido em território nacional, já que não havia, sob essas condições de produção, diferença entre conhecimento e saber. E isso porque os compêndios gramaticais dessa época, ao mesmo tempo em que, filiando-se a conhecimentos linguísticos produzidos no exterior, se propunham a produzir descrições científicas da língua no/do Brasil, destinavam-se ao ensino e tinham, portanto, como público-alvo os alunos das instituições escolares de nível básico. Lembremos aqui que, conforme Guimarães (1996/2004), as primeiras faculdades de Letras só viriam a surgir no Brasil a partir da década de 1930, o que significa que a instituição escolar era, nessa conjuntura, o lugar de circulação do conhecimento científico sobre a língua.

⁹ [Tradução minha: “os conhecimentos linguísticos se expõem e se difundem com fins operatórios de transmissão, apropriação, reinvestimento, antes mesmo do seu produto propriamente dito, ou seja, do manual como objeto sociocultural claramente identificável por aproximação/diferenciação de/com outros produtos do mundo intelectual”].

¹⁰ [Tradução minha: “prévio, portanto exterior à escolarização”].

Assim, há materializada nos compêndios desse período, organizados pela função-autor¹¹ produzida a partir do lugar do gramático-professor, uma *preocupação político-científico-normativo-pedagógica*. Os efeitos produzidos nos compêndios gramaticais em função de tal preocupação é o que nos leva a considerar esse momento de desenvolvimento dos estudos linguísticos brasileiros como um período de gramatização/disciplinarização, no qual o conhecimento científico sobre a língua é produzido tendo em vista o ensino dessa língua, não havendo, portanto, distinção entre o conhecimento produzido do lugar da ciência e os saberes a serem transmitidos na instituição escolar. As gramáticas em conformidade com esse modelo eram, desse modo, instrumentos *políticos*, uma vez que funcionavam como lugares de firmação da língua nacional e, portanto, do Estado brasileiro; *científicos*, tendo em vista a sua filiação (necesária) principalmente às diferentes vertentes do método histórico-comparativo (alemã, francesa, inglesa etc.), mas também à chamada gramática filosófica (portuguesa); *normativos*, pois, para produzirem o imaginário de língua homogênea, impunham um efeito de imutabilidade à língua por elas descrita, prescrevendo determinados usos e proscrevendo outros; e *pedagógicos*, visto que tinham por finalidade o ensino da língua portuguesa nas instituições de ensino básico e, em virtude disso, filiavam-se também a distintas concepções pedagógicas em voga à época.

Em meados do século XX, entretanto, quando a língua e o Estado nacional já estão constituídos, isto é, já se tornaram visíveis perante as malhas sociais e perante os demais Estados nacionais, mudam-se as necessidades e as possibilidades do dizer sobre a língua e, portanto, as condições de produção dos conhecimentos linguístico-gramaticais, porque o Estado já não precisa mais deles para produzir o efeito de distinção em relação a Portugal. Instituir/constituir o conhecimento gramatical sobre a língua portuguesa no/do Brasil já não se coloca mais como uma necessidade. Agora se faz necessário afirmar a identidade nacional brasileira, mantendo os seus contornos, e a cientificidade é, conforme Orlandi (2002), significada pelo Estado como o argumento que

¹¹ A noção de autoria com que trabalhamos foi depreendida e deslocada por Orlandi (2007) a partir da proposta de Foucault (2006/2007). Em nossa perspectiva, a autoria é uma função (função-autor) exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (Orlandi, 2007, p. 97), no qual o sujeito é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, significando-se como autor e produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado.

proporcionará essa afirmação. Com isso, a autora aponta, no que tange à questão da nossa identidade linguística, um deslizamento de uma posição política, da identidade nacional frente ao Estado português, e intelectual, da nossa formação (imaginária) em território brasileiro, para uma “posição marcadamente científica” (ibid., p. 161), que produz efeitos sobre a questão da língua no/do Brasil, sobre o seu conhecimento/saber e, por conseguinte, sobre o seu ensino.

No que diz respeito ao ensino, as diferenças analíticas e descritivas das gramáticas decorrentes de uma profusão de autorias de sujeitos-gramáticos em função das suas distintas filiações começam a chamar a atenção. Nesse excesso, de acordo com Orlandi (ibid., p. 160), inicia-se “o apagamento da materialidade da autoria praticada no século XIX, que garantia a construção conjunta de uma língua nossa e um Estado nosso”. Para promover a manutenção dos contornos de uma certa identidade nacional, a questão que se impõe é a necessidade de respaldar cientificamente os instrumentos que garantem a unidade linguística. E isso se daria, garantindo a evidência das referências da exterioridade produzida pela linguagem, através da tentativa de retenção dos outros sentidos, com a uniformização da terminologia gramatical.

A proposta de unificação e simplificação da nomenclatura gramatical brasileira, então, considerando que a diversidade no que diz respeito à denominação dos mesmos fatos gramaticais problematizava o ensino de língua portuguesa no país, resultou no projeto do que hoje temos por Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual foi efetivamente implementada em 1959, através da Portaria Nº 36, de 28 de janeiro, não sofrendo nenhuma alteração desde então. Para tanto, em 1957 já havia sido designada uma Comissão de professores composta por Antenor Nascentes (nomeado presidente), Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima (nomeado secretário e relator) e Cândido Jucá (Filho) – todos catedráticos do Colégio Pedro II, instituição que até então constituía o centro de irradiação de conhecimento sobre a língua no/do Brasil (Maciel, [1910] 1996) –, a qual estabelecera como objetivo acabar com a multiplicidade terminológica, adotando a designação que seria, conforme consta nas Normas Preliminares de Trabalho estabelecidas pelos membros da Comissão, a “mais exata”, a “mais vulgar”, a “mais tradicional”, a “mais simples” e a “de uso mais geral” (Brasil, 1959).

Ao determinar os nomes que (não) podem e (não) devem comparecer no compêndio gramatical, o discurso da NGB se sobrepõe ao discurso da gramática instituído no Brasil até então, silenciando e evidenciando uns sentidos em detrimento de outros (Baldini, 1999). Ao fazer isso, promove uma ruptura

na memória do discurso gramatical brasileiro, deslegitima a forma de autoria fundada no século XIX e institui-se como a única memória possível de ser lembrada na gramática, o que significa que, a partir da sua implementação, impôs-se ao gramático brasileiro que se identificasse aos sentidos por ela instituídos para poder dizer sobre a língua na gramática. Ressaltemos aqui que, embora o decreto sugira a adoção da NGB, entendemos que esta foi interpretada como uma imposição no sentido em que deixou de ser possível, a partir da sua implementação, falar do lugar da Gramática Normativa voltada para o ensino na escola sem adotar os termos por ela tornados oficiais. Os gramáticos que, por algum motivo, não puderam fazê-lo, como Eduardo Carlos Pereira, falecido em 1923 e autor do maior sucesso editorial até então, tiveram os seus compêndios fadados a obsolescência.

Paralelamente, nesta época, saberes filiados ao domínio da chamada Linguística Moderna, notadamente ao que então se tinha por estruturalismo, ganhavam projeção no Brasil. Faz-se aqui preciso destacar a função atribuída a Mattoso Câmara Jr. no que tange à disciplinarização e à institucionalização desses saberes nas universidades brasileiras a partir da década de 1940. Câmara Jr. é significado, na história dos estudos linguísticos no/do Brasil, como o introdutor no país da perspectiva estrutural/sincrônica e como o primeiro linguista a ter feito a primeira descrição fonêmica do chamado português brasileiro¹². Devido a isso, é normalmente atribuído a ele o epíteto de “pai da linguística no Brasil” (De Lemos; De Vitto; Andrade; Silveira, 2003, p. 170).

Na sua primeira obra, *Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*, datada de 1941 e, conforme Altman, “o ‘primeiro manual’ de linguística moderna escrito em português, pelo menos até os anos 60” (2004, p. 131), comparecem dizeres filiados tanto ao nome de Saussure (*Curso de Linguística Geral*, 1916), como ao de Sapir (*Langage*, 1921) e ao de Trubetzkoy (*Die phonologischen vokalsysteme*, 1929). A essa filiação acrescentam-se, no seu *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, de 1953, os nomes de Bloomfield e Jakobson. Isso significa que a chamada ciência Linguística que chega ao Brasil nesse momento, através do nome de autor Mattoso Câmara Jr., constitui-se a partir da articulação de dizeres filiados a diferentes lugares, a diferentes práticas e, portanto, a diferentes domínios de saber que, sob o nome de *estruturalismo* ou de (ciência) linguística, se significaram na história dos estudos da linguagem como diferentes correntes de um

¹² Para o estudo da fonêmica portuguesa. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

único domínio¹³. As articulações dos saberes filiados a esses nomes no dizer de Mattoso são, no entanto, possíveis, porque, como pontua Altman (2004, p. 148), “na sua leitura as proposições de Saussure, Trubetzkoy, Sapir, Jakobson e Bloomfield não só eram compatíveis, como complementavam umas às outras”. Ou seja, faz-se significar em seu dizer um efeito de equivalência, de complementaridade entre essas proposições que, como nos foi possível depreender em nossa pesquisa de doutorado, também se faz significar no dizer de Bechara.

Assinalemos ainda que, apesar de já haver leituras em circulação no Brasil de Saussure¹⁴ e de outros linguistas, foi esse movimento de (re)leitura e de (re) produção de conhecimento científico sobre a língua inscrito no nome de Mattoso Câmara Jr. que se significou na história do conhecimento sobre a língua no/do Brasil como marco inicial do processo de disciplinarização e instituição da ciência Linguística nas universidades brasileiras. Em decorrência do início desse processo e da implementação da NGB, as gramáticas em conformidade com os modelos do século XIX foram, então, deslegitimadas, e os gramáticos destituídos da sua posição de autor tal como era concebido até então, tornando-

¹³ Podemos citar, por exemplo, na Europa, o estruturalismo que se diz ter em Saussure o seu precursor na sua relação com o saussurianismo (Chiss; Puech, 1994), fundado a partir das (re)leituras depreendidas do *Curso* por estudiosos de diversas áreas, dentre estes aqueles que se filiam ao chamado Círculo linguístico de Praga, de Trubetzkoy e Jakobson; e, nos Estados Unidos, o estruturalismo filiado à chamada Escola Americana, de Sapir e Bloomfield. Cabe aqui ainda fazermos duas observações. A primeira diz respeito à heterogeneidade dos trabalhos desenvolvidos no chamado Círculo de Praga e na chamada Escola Americana e a segunda, em função da primeira, à possibilidade de substituição do nome estruturalismo por uma série de outras designações que se filiam a diferentes domínios de saber. Assim, temos, por exemplo, associado aos nomes de Trubetzkoy e Jakobson, além do termo estruturalismo europeu, que não se restringe a esses dois linguistas, um fazer científico designado como funcionalismo. Ao nome de Jakobson associa-se ainda, por ter participado do Círculo linguístico de Moscou, o chamado formalismo russo. Já aos nomes de Sapir e Bloomfield filiam-se, além da designação estruturalismo norte-americano, ao primeiro, as designações antropologia e etnologia linguística e, ao segundo, as designações linguística descritiva e formalismo – esta última, distinguindo-se do sentido que é associado ao nome de Jakobson, coloca-se em relação à sua (re)leitura dos estudos desenvolvidos por Hjelmslev, no Círculo linguístico de Copenhague.

¹⁴ A segunda edição de *Dificuldades da língua portuguesa*, publicada em 1919, sob autoria de Said Ali, é considerado o primeiro livro brasileiro em que se faz alusão ao *Curso de Linguística Geral*.

-se, conforme Baldini (1999), a partir de Foucault (2007), comentaristas da terminologia oficial¹⁵.

Foi, pois, sob essas condições de produção, que se deu, em 1961, a publicação da 1.^a edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, obra que inicialmente se propunha a ser uma adaptação da *Gramática expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, falecido, como pontuamos anteriormente, em 1923. Grande sucesso editorial desde 1907, adotada em inúmeras escolas em todo o país, a gramática de Pereira havia atingido em 1958 a marca de 102 reedições, fazendo-se, portanto, necessário, a partir de 1959, justamente para que não se tornasse obsoleta, pô-la em conformidade, segundo Cavaliere (2008), não só com a terminologia oficial, mas também com as novas ideias ditas estruturalistas recém-chegadas ao Brasil através das obras de Câmara Jr.

Quando apresentou o primeiro capítulo da sua proposta de adaptação, porém, Bechara foi reconhecido, de acordo com Orlandi (2002), não como um adaptador, mas como o autor de uma outra gramática, surgindo, assim, o convite para a publicação daquela que seria a primeira edição da MGP. Com isso, a gramática de Pereira perdeu o lugar no ensino de língua portuguesa que detinha até então, e hoje são poucos os estudiosos e/ou pesquisadores que de sua existência têm conhecimento.

Na 1.^a edição da MGP, a filiação ao que se coloca como “modernos estudos da linguagem” e à NGB materializa-se desde o seu prefácio¹⁶. Nele se diz ter por objetivo levar “aos colegas do magistério, aos alunos e quantos mais se interessam pelo ensino e aprendizado do idioma” o que à época se tomava por “resultado dos progressos que os modernos estudos da linguagem alcançaram no estrangeiro e no país” (MGP, 1961, p. 21). Cabe aqui destacar que, na 1.^a edição da MGP, o sintagma “modernos estudos da linguagem” designa tanto o que se toma por “linguística americana” como, por meio da filiação aos saberes filiados sobretudo ao nome de Said Ali, mas não só, os estudos já realizados

¹⁵ O comentário, segundo Foucault: “não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* aquilo que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro* (...), dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. (...) O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permitindo-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. (...) O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (op. cit., p. 25-26) [itálicos do autor].

¹⁶ A filiação à NGB, na verdade, é evidenciada já na capa da gramática de Bechara por meio do subtítulo “Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira”.

no Brasil e em outros países, do final do século XIX até a primeira metade do século XX, os quais, embora não seja dito na gramática de Bechara, filiam-se ao domínio de saber da Filologia.

Notemos ainda que, apesar de a aquiescência aos termos instituídos pela NGB materializar-se desde o subtítulo da 1.^a edição da MGP (*Com base na nomenclatura gramatical brasileira*), a ela é atribuído no prefácio um sentido de falta – “Os termos que aqui se encontram e lá faltam, não se aplicarão por discordância ou desrespeito, é que a *NGB não tratou de todos os assuntos* aqui ventilados” (ibid., p. 22) [itálico nosso] –, que justifica o comparecimento no dizer do gramático de termos outros não filiados à terminologia oficial, mas ao que é colocado como “modernos estudos da linguagem”. Esse é o caso, por exemplo, dos termos “fonêmica”, “morfofonêmica” ou “morfêmica”, “constituintes imediatos”, “forma livre”, “forma presa”, “morfema zero” – filiados ao chamado estruturalismo americano –, “neutralização” – filiado ao chamado estruturalismo europeu –, complemento partitivo”, “complemento de relação” – filiados à tradição filológica-gramatical instituída antes da NGB –, entre outros.

A partir dos anos 1960, como assinalamos anteriormente, deu-se início ao processo de disciplinarização da então chamada ciência Linguística nas universidades brasileiras. Tal processo, que ocorre continuamente até os dias atuais, fez com que ela desbancasse a Gramática, tal como instituída no final do século XIX, e passasse a configurar-se como o lugar de produção de conhecimento sobre a(s) língua(s) e sobre a linguagem. Contribuíram para a deflagração dessa situação, segundo Guimarães (1996/2004), alguns acontecimentos – como: a inclusão da disciplina Linguística em todos os cursos de graduação em Letras, em 1965, a implantação dos cursos de pós-graduação em Linguística em algumas universidades brasileiras, das quais as pioneiras foram USP (1966) e Unicamp (1971), e a criação, em 1969, do sistema nacional de pós-graduação e da Associação Brasileira de Linguística – que promoveram o desenvolvimento em todo o país de várias linhas de pesquisa, as quais, embora calcadas em perspectivas teóricas distintas, trouxeram contribuições para os estudos enunciativos, discursivos e linguístico-gramaticais de uma forma geral, bem como para o desenvolvimento de trabalhos que versam sobre a especificidade do português do Brasil, suas peculiaridades estruturais e léxico-semânticas, e também sobre os funcionamentos próprios da discursividade brasileira.

Em decorrência disso, promoveu-se ainda a naturalização da distinção entre o lugar do gramático e o do linguista e, conseqüentemente, entre as práticas a esses lugares filiadas. Com a naturalização dessa distinção, transferiu-se a autoridade e o conhecimento que aquele detinha sobre a língua para este (Orlan-

di, 2002; Baldini, 1999), criando-se dois lugares distintos para a circulação do conhecimento linguístico: um lugar de legitimação em que se passou a constituir o conhecimento científico sobre a língua, que, como dissemos, passou a caber à Linguística; e um lugar de aplicação/transmissão desse conhecimento a partir da sua didatização sob a forma de saber passível de ser ensinado/transmitido, que ficou sob a responsabilidade da Gramática.

Distinguiram-se, com isso, também os processos de gramatização e de disciplinarização, que até então encontravam-se sobrepostos, e, conseqüentemente, o que se toma por conhecimento e por saber linguístico. Enquanto aquele passou a estar associado à ciência da linguagem e, portanto, ao lugar do linguista, este, enquanto produto do processo de disciplinarização dos conhecimentos sobre a língua visando à sua transmissão na escola, foi significado como arte de “como se fala e escreve bem” (MGP, 1961, p. 25) e passou a estar associado ao lugar do gramático. Tal distinção implicou ainda a separação entre as preocupações que dissemos caracterizar o discurso das gramáticas do final do século XIX e início do século XX. Permaneceu como função da Gramática a prescrição de uma determinada norma, eleita dentre muitas outras como o ideal a ser seguido socialmente (*função normativa*), bem como a sua aplicação/transmissão nas escolas (*função pedagógica*), onde permaneceu atuando ao lado do Estado ao (re)produzir o imaginário de homogeneidade linguística (*função política*). A esta, no entanto, deixou de caber a *função científica*, posta agora como da alçada da ciência Linguística.

No lugar da Linguística ao lado da função científica, entendida aqui como a necessidade que se impõe de se estar filiado a um determinado lugar teórico, colocou-se a função *descritiva*, que passou a se opor à normativa por ter como finalidade a descrição de usos linguísticos, diferentes normas (e não a prescrição de uma dada norma eleita como padrão, oficial do país), em circulação no estágio atual em que se encontra essa língua. Tal função acarretou ainda a instituição de um instrumento no qual passou a se materializar esse conhecimento. O processo de gramatização brasileiro continua, portanto, em plena ebulição, mas tem agora como produto as chamadas *gramáticas descritivas*, nas quais se tem, conforme Orlandi (2002, p. 194), “a elaboração de uma *metalinguagem* com fins explícitos de reflexão, estabelecendo um olhar teórico em relação aos fatos da língua e que também trabalha a objetivação da língua com sua unidade” [itálico da autora].

Quanto à disciplinarização, podemos dizer que ela funciona, nessa conjuntura, em dois níveis, já que há tanto didatização dos conhecimentos linguísticos na gramática normativa voltada para o ensino básico, como no ensino superior a

partir da produção dos chamados manuais linguísticos, dos quais, como vimos, o de Mattoso Câmara Jr., publicado em 1941, foi o primeiro.

Cabe ainda destacar que a função política não se restringe às gramáticas normativas, mas também se faz significar nas gramáticas descritivas, nas quais, como pontuou Orlandi (ibid., loc. cit.), tal como naquelas, se “trabalha a objetivação da língua com sua unidade”. Também Guimarães (1996), como colocamos anteriormente, assinalara que a questão da unidade/diversidade da língua do Brasil se mantém nos estudos desenvolvidos a partir da década de 60, com a diferença de que esse comparecimento se dá a partir da filiação às distintas perspectivas teóricas e metodológicas em prática na academia.

Foi, pois, sob essas condições de produção que, em 1999, veio a lume a 37.^a edição da MGP, na qual, como anunciamos na introdução deste artigo, após trinta e seis edições, observamos, pela primeira vez, alterações significativas em relação à edição de 1961. Em seu prefácio, o gramático afirma tratar-se de um “novo livro” amadurecido pela “leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores” (MGP, 1999, p.19). Esse efeito de amadurecimento é (res) significado, em seguida, como da ordem da atualização e do enriquecimento: “atualização no plano teórico da descrição do idioma e enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais” (ibid., loc. cit.).

No prefácio da 37.^a edição, deparamo-nos, portanto, com sentidos que sinalizam que há no corpo dessa gramática, assim como ocorre na 1.^a edição, um atravessamento entre saberes filiados ao lugar do gramático (“orientação normativa”) e ao do linguista (“plano teórico da descrição”), lugares estes que, como buscaremos demonstrar, nas condições de produção em que foi (re)formulada a 37.^a edição ganham novos contornos. Faz-se preciso observar ainda que, nesse prefácio, coloca-se também uma distinção entre o que se toma por orientação normativa e o que postula a “vigente nomenclatura”, ou seja, a NGB – distinção esta que não estava posta na 1.^a edição – e que mais uma vez recorre-se, para justificar o atravessamento entre os saberes filiados aos lugares do gramático e do linguista, ao argumento da cientificidade, embora o que se tome por científico, nessa conjuntura, já não signifique, como veremos, o mesmo que outrora.

Tal atravessamento é corroborado pela citação, não só no prefácio, mas também na dedicatória, de determinados nomes de autores. A 37.^a edição, além de, assim como a primeira, ser dedicada à memória de Said Ali – “mestre e

amigo” –, é dedicada a – agora também “mestres e amigos” – Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr., a cujas lições diz-se ter ido colher “o que de melhor existe nessa nova edição” (MGP, 1999, p. 5).

Por fim, faz-se preciso ainda esclarecer que, embora não seja especificado o seu espaço de circulação – se na escola ou na universidade –, a 37.^a edição, diferentemente da primeira, é voltada para o nível superior. Apesar desse deslocamento, contudo, não podemos falar que há nela uma separação entre a função pedagógica e a científica em virtude da distinção entre o lugar do gramático e o do linguista. Se na 1.^a edição, a função pedagógica voltada para o ensino escolar comparecia aliada à função científica, na 37.^a edição essa aliança se mantém, como podemos depreender a partir do efeito-leitor projetado em seu prefácio – “colegas do magistério”, retomado posteriormente como “colegas de magistério e pesquisa”, “alunos” e “público estudioso de língua portuguesa” –, porém de forma distinta, uma vez que a função pedagógica do compêndio volta-se agora para o ensino universitário.

2. O caso do substantivo na 1.^a e na 37.^a edição da MGP

O subcapítulo destinado ao estudo do substantivo situa-se, na 37.^a edição, no capítulo “Formas e funções” da parte intitulada “Gramática descritiva e normativa” e tem cerca de quarenta seções/subseções. Na 1.^a edição, encontrava-se no capítulo “Classe de palavras” da parte intitulada “Morfologia” e tinha cerca de trinta e uma. Das quarenta seções/subseções da 37.^a edição por nós analisadas, em dezoito há manutenção dos títulos encontrados na 1.^a edição, três títulos foram apagados, dez títulos substituídos ou reformulados e treze títulos foram acrescentados. Apesar disso, cabe aqui pontuar que, como veremos adiante, a manutenção de títulos não implica necessariamente a manutenção de sentidos, assim como a sua reformulação também pode não implicar deslocamento.

Como sabemos, “substantivo” é um dos termos instituídos/legitimados pela NGB. A terminologia oficial subdivide os chamados substantivos em “comuns” e “próprios”, “concretos e abstratos” e determina que eles se *flexionam* em a) “gênero”: “masculino”; “feminino”, “epiceno”; “comum de dois gêneros” e “sobrecômum”; em b) “número”: “singular” e “plural”; e em c) “grau”: “aumentativo” e “diminutivo”¹⁷. Salvo os deslocamentos que apontaremos a seguir, todos esses termos comparecem nas duas edições analisadas da MGP.

¹⁷ Quanto à formação dos substantivos, a NGB (Brasil, 1959) classifica-os ainda em “simples” e “compostos”, “primitivos” e “derivados”.

Em nossa análise, distinguimos cinco tipos distintos e recorrentes de alterações que comparecem na 37.^a edição da MGP e que se fazem significar não só no subcapítulo “Substantivo” como em toda a gramática. São elas: 1) Substituição de palavra/expressão; 2); Inclusão; 3) Apagamento; 4) Reformulação sem deslocamento de sentido; e 5) Reformulação com deslocamento de sentido.

Por uma questão de espaço, não abordaremos, nesta reflexão, o primeiro tipo. O segundo e o terceiro (inclusão e apagamento) podem ocorrer em relação a uma seção/subseção, exemplo, comentário, nota/observação, palavra/expressão etc. Aqui interessa-nos a inclusão/apagamento que se dá em relação a uma *seção/subseção*.

No que diz respeito ao segundo tipo (inclusão), dentre as seções incluídas na 37.^a edição, destacamos aquela que se intitula “Função sintática do substantivo”. O seu comparecimento materializa a impossibilidade de, a partir da identificação do sujeito aos saberes inscritos na Gramática descritiva Estrutural Funcional, se desenvolver os chamados estudos morfológicos e sintáticos separadamente sem que isso comprometa o seu rigor científico. Tal impossibilidade é *retomada* na introdução do capítulo intitulado “Formas e Funções”, no qual, como dissemos, encontramos o estudo do substantivo. Nela, determina-se, dentre os critérios para classificação das palavras, o seu *significado estrutural ou sintático*, entendido como “significado que resulta das combinações de unidades lexicêmicas ou categoremáticas com unidades morfemáticas e morfemas, dentro da oração” (MGP, 1999, p. 111) [sublinhado nosso].

Dissemos que a impossibilidade de separação entre os estudos morfológicos e sintáticos é retomada nesse capítulo porque, na verdade, ela se coloca na 37.^a edição desde a sua introdução, notadamente no subcapítulo “Teoria gramatical”, no item “Âmbitos de Estudo da Gramática”, no qual lemos:

A parte central da gramática pura é a morfossintaxe, também com menos rigor estudada como dois domínios relativamente autônomos: a morfologia (estudo da palavra e suas “formas”) e a sintaxe (estudo das combinações materiais ou funções sintáticas). Ocorre que, a rigor, tudo na língua se refere sempre a combinações de “formas”, ainda que seja combinação com zero ou ausência de “forma”; assim, toda essa pura gramática é na realidade sintaxe, já que a própria oração não deixa de ser uma “forma” (na lição tradicional, ela não pertence ao domínio da morfologia) (ibid., p. 54).

Como podemos observar na sequência acima, do lugar em que o sujeito se inscreve ao se significar como autor de compêndios gramaticais, considera-se que “tudo na língua” – inclusive as funções sintáticas – “se refere sempre a

combinações de ‘formas’”, e isso mesmo no nível do chamado período composto, já que “a própria oração não deixa de ser uma forma”. Assim se justificam não só a (re)interpretação dos estudos morfológicos e sintáticos – considerados na “lição tradicional” e também na edição de 1961 como “domínios relativamente autônomos” – como partes de uma mesma parte, a saber, aquela que se intitula “Gramática descritiva e normativa”, mas também o título – “Formas e Funções” – do primeiro capítulo dessa parte. Notemos aqui que, a partir do deslocamento da noção de “forma” da morfologia para a sintaxe e da imposição de um imaginário de pureza da gramática, a morfossintaxe é tomada não como uma análise na qual se misturam critérios morfológicos e sintáticos, mas como a “parte central da gramática pura”, isto é, da sintaxe, já que se considera que “toda essa pura gramática é na realidade sintaxe”.

Há, assim, um efeito de indissociabilidade entre os estudos das formas e das funções que justifica a (re)formulação e os deslocamentos apontados acima e que, como veremos adiante, também se faz significar em outras seções do subcapítulo em análise. Esse efeito justifica ainda o distanciamento do sujeito em relação aos sentidos filiados à chamada “lição tradicional”, na qual se inscreve a 1ª edição da MGP. Tal distanciamento se sustenta, por sua vez, no sentido de ausência de cientificidade atribuído à divisão da morfologia e da sintaxe “em dois domínios relativamente autônomos” cujos estudos se diz serem realizados com “menos rigor”.

No que tange ao terceiro tipo (apagamento) de alterações observados por nós, citemos aqui duas subseções da seção em que se discorre sobre a formação do plural dos substantivos que compareciam na 1ª edição e que não comparecem na 37.ª edição, quais sejam: “Plural dos nomes terminados em M” e “Plural dos nomes terminados em EL”.

No primeiro caso, como podemos observar no Quadro 1, dois dos exemplos que comparecem na edição de 1961 em “Plural dos nomes terminados em M” – “*dom*>*dons*” e “*totem*>*totens*” – foram deslocados para uma outra seção na edição de 1999: “Formação do plural com acréscimos de -s” quando o substantivo é terminado por “vogal nasal tônica ou átona”.

No segundo caso, o plural dos substantivos terminados em *-el*, na edição de 1961 trabalhado numa subseção independente (“Plural dos nomes terminados em EL”), foi incluído na regra de formação do plural dos substantivos terminados em *-al*, *-ol* e *-ul*. Tal inclusão se faz significar no título da subseção da edição de 1999 pelo acréscimo de *-el* – em 1961, tínhamos “Plural dos nomes terminados em AL, OL, UL; em 1999, passamos a ter “Plural dos nomes terminados em *-al*, *-el*, *-ol* e *-ul*” – e no exemplário que a acompanha a partir do

deslocamento dos exemplos que na edição de 1961 compareciam em “Plural dos nomes terminados em EL”, a saber: *papel* e *nível*, no corpo da gramática, e de *mel* e *fel*, em nota de rodapé.

Quadro 1: Apagamento de seções/subseções (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
Plural dos nomes terminados em M	Formação do plural com acréscimos de -s
<p>“Trocamos a <i>m</i> por <i>ns</i>: <u><i>dom, dons; garagem, garagens.</i></u> <u><i>Totem</i></u>, melhor grafado, <i>tóteme</i>, tem o plural <u><i>tótemes</i></u>” (MGP, 1961, p. 91) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>	<p>“Forma-se o plural dos substantivos com o acréscimo do morfema pluralizador (desinência do plural) -s, quando terminados explicitamente por:</p> <p>1 – vogal ou ditongo oral: <i>livro - livros; lei - leis; cajá - cajás.</i></p> <p>2 – vogal nasal tônica ou átona: <i>irmã - irmãs; irmã - irmãs; dom - dons (grafando-se ns); álbum - álbuns; totem - totens</i> (para o plural <i>tótemes</i>).</p> <p>3 – ditongos nasais -ãe (tônicos ou átonos) e -ão (átono): <i>mãe - mães; bênção - bênçãos</i>” (MGP, 1999, p. 118) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>
Plural dos nomes terminados em EL	Plural dos nomes terminados em -al, -el, -ol e -ul
<p>“Fazem plural em <i>-eis</i> se o final do singular fôr átono e <i>-éis</i> se fôr tônico:</p> <p><u><i>Nível, níveis; móvel, móveis</i></u> <u><i>Papel, papéis; coronel, coronéis</i></u> <u><i>Mel faz meios ou méis; fel faz feles ou féis</i></u>” (ibid., p. 93) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>	<p>“Nos nomes em <i>-l</i>, temos de partir da forma teórica com restituição da vogal temática <i>-e</i>, acréscimo do pluralizador <i>-s</i>, posterior às regras morfofonêmicas: queda do <i>-l</i>- intermediário e passagem da vogal temática a semivogal (grafada <i>-i</i>)</p> <p><i>carneval</i> > *<i>carnavale</i> > <i>carnavales</i> > <i>carnavaes</i> > <i>carnavais</i></p> <p><u><i>papel</i></u> > *<i>papele</i> > <i>papeles</i> > <i>papees</i> > <u><i>papéis</i></u> (tônico)</p> <p><i>lençol</i> > *<i>lençole</i> > <i>lençoles</i> > <i>lençoës</i> > <i>lençóis</i></p> <p><u><i>nível</i></u> > *<i>nivele</i> > <i>niveles</i> > <i>nivees</i> > <u><i>níveis</i></u> (átono)¹</p> <p><i>paul</i> > *<i>paule</i> > <i>paules</i> > <i>paues</i> > <i>pauis</i></p> <p>Observações:</p> <p>1.ª) <i>cônsul</i> e <i>mal</i> fazem <i>cônsules</i> e <i>males</i></p> <p>2.ª) <i>cal</i> e <i>aval</i> fazem <i>cales</i> (= cano) e <i>cais</i>, <i>avales</i> (mais comum em Portugal) e <i>avais</i></p> <p>3.ª) <i>real</i> faz <i>réis</i> (moeda antiga) e <i>reais</i> (moeda nova).</p> <p>Nota de rodapé:</p> <p>¹ <i>Mel faz meios</i> ou <i>méis</i>; <i>fel faz feles</i> ou <i>féis</i>, respectivamente, sendo as segundas formas mais frequentes por conformes no processo regular” (ibid., p. 121-122) [itálico do autor, sublinhado nosso].</p>

Em ambos os casos, portanto, o apagamento das subseções, a ausência delas no dizer do gramático na edição de 1999, faz significar deslocamentos de sentidos. No primeiro caso, temos a (re)interpretação de *-om* e *-em* em substantivos como *dom* e *totem* como dígrafos de vogais nasais, isto é, como *-õ* e *-ẽ*, respectivamente. A letra *-m* sob essa perspectiva é apenas uma marca gráfica da nasalidade das vogais. Daí não haver uma substituição de *-m* por *-ns*, como se dizia na edição de 1961, mas “o acréscimo do morfema pluralizador (desinência do plural) *-s*” (MGP, 1999, p. 118), passando-se a grafar, em atendimento às regras ortográficas vigentes, a nasalidade das vogais com *-n* em vez de *-m* (*dons* e *totens*).

No segundo caso, a (res)significação da formação do plural dos substantivos terminados em *-el* se dá em virtude da mobilização da noção de “forma teórica”, a qual se filia ao domínio de saber do Estruturalismo. Desse modo, se em 1961 postulava-se que nesse tipo de substantivo, quando da formação do plural, havia a troca de *-l* por *-is*, em 1999 coloca-se a necessidade de “partir da forma teórica com restituição da vogal temática *-e*, [com] acréscimo do pluralizador *-s*, posterior às regras morfofonêmicas: queda do *-l* intermediário e passagem da vogal temática a semivogal (grafada *-i*)” (ibid., p. 121).

Antes de continuarmos, façamos aqui duas observações. A primeira diz respeito à mobilização daquilo que se coloca como “regras morfofonêmicas”. O termo “morfofonêmica” já comparecia na edição de 1961, porém em nota de rodapé, para designar a forma de saber que, filiada à chamada linguística descritiva, estuda “diversas realizações fonéticas de um dado morfema” (MGP, 1961, p. 204, nota 2). Na edição de 1999, como vimos acima e como veremos adiante, esses estudos se fazem significar no corpo da gramática. A segunda observação diz respeito à aproximação entre o que se designa como “desinência de número” e “morfema pluralizador”, isto é, entre um termo, que comparece entre parênteses e se filia ao domínio de saber da Gramática tradicional/normativa e um termo outro, de comparecimento recorrente no corpo da 37.^a edição da MGP, que se filia ao domínio de saber do chamado Estruturalismo, produzindo um efeito de tradução a partir do qual termos legitimados e não legitimados são tomados, pelo menos num primeiro momento, como equivalentes, como sinônimos.

O quarto tipo de alterações que encontramos na 37.^a edição caracteriza-se como reformulações nas quais não observamos deslocamentos de sentidos. Destaquemos aqui duas seções: “substantivo” e “próprios e comuns”, as quais podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2: Reformulações sem deslocamento de sentido (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
Substantivo	Substantivo
<p>“SUBSTANTIVO – <i>Substantivo</i> é o nome com que designamos os seres em geral – pessoas, animais coisas. (MGP, 1961, p. 87) [itálico do autor]”.</p>	<p>“Substantivo – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quais sejam qualidades (bondade, brancura), estados (saúde, doença), processos (chegada, entrega, aceitação)”. (MGP, 1999, p. 112)</p>
Próprios e comuns	Próprios e comuns
<p>“Substantivo <i>próprio</i> é o que designa individualmente os seres, sem referência a suas qualidades (...). Substantivo <i>comum</i> é o que designa o ser como pertencente a uma classe com o mesmo conjunto de qualidades” (ibid., loc. cit.) [itálicos do autor].</p>	<p>“Dividem-se os substantivos em próprios e comuns, divisão que pertence a planos diferentes. Substantivo próprio é o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente. Isto significa que o substantivo próprio se aplica a esse objeto ou a esse conjunto de objetos, considerando-os como indivíduos. (...) Os substantivos próprios mais importantes são os antropônimos e os topônimos. Os primeiros se aplicam às pessoas que, em geral, têm prenome (nome próprio individual) e sobrenome ou apelido (“que situa melhor o indivíduo em função da sua proveniência geográfica [Frei Henrique de Coimbra], da sua profissão [Caeiro], da sua filiação (patronímico) [Soares, filho de Soeiro], de uma qualidade física ou moral [Diogo Cão], de uma circunstância de nascimento [Neto]”). Os topônimos se aplicam a lugares e acidentes geográficos. Substantivo comum é o que se aplica a um ou mais objetos particulares que reúnem características inerentes a dada classe: homem, mesa, livro, cachorro, lua, sol, fevereiro, segunda-feira, papa. (...)”. (ibid., p. 113-114)</p>

Como podemos ler no quadro acima, na 37.^a edição, na seção intitulada “Substantivo”, do lugar da Linguística Estrutural Funcional, o substantivo é significado como uma “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos “objetos substantivos”, sejam estes “substâncias” ou “quaisquer outros objetos apreendidos como substâncias” (MGP, 1999, p. 112).

Na seção “Próprios e comuns”, o substantivo próprio é definido como “o que se aplica a um objeto ou a um conjunto de objetos, mas sempre individualmente”, incluindo-se dentre estes, a partir da mobilização de saberes inscrito no nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*Dicionário de linguística e gramática*, 1977), os chamados *antropônimos* e *topônimos*. Já o substantivo comum é tomado como “o que se aplica a um ou mais objetos particulares que reúnem características inerentes a dada classe” (ibid., p. 113). Notemos que, apesar da reformulação, há de certo modo manutenção da terminologia imposta pela NGB e dos sentidos que comparecem na 1.^a edição da MGP. Em ambos os casos, as palavras que comparecem nas definições são outras, mas se mantêm, no primeiro, o efeito de referencialidade que se coloca entre as palavras (os substantivos) e os seres/objetos que elas (ilusoriamente) designam/significam/apreendem e, no segundo, o imaginário de que, enquanto o substantivo próprio refere-se a um ser/objeto individualmente, o substantivo comum designa-o em relação a uma dada classe.

O quinto e último tipo de alterações por nós elencado são as reformulações com deslocamento de sentido. Destacaremos aqui cinco comparecimentos de alterações desse tipo. São elas:

1) Em relação aos “substantivos coletivos”:

Na 37.^a edição da MGP, os chamados “substantivos coletivos” são (res) significados como uma subcategoria dos substantivos “não-contáveis”, termo que não comparece na NGB nem na edição de 1961 (Cf. Quadro 3). Além disso, produz-se, a partir da mobilização de saberes filiados ao nome de autor Herculano Carvalho, uma distinção entre o que se toma por substantivos coletivos e os chamados “nomes de grupos”, os quais na edição de 1961 eram tomados como parte daqueles.

Quadro 3: Substantivos coletivos (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>“É o que se aplica a seres considerados em conjuntos: <i>congregação, turma, exército, multidão, povo, rebanho, lotaria</i>. São coletivos usuais: Conjunto de pessoas: (...) Grupo de animais: (...) Grupo de coisas: (...)” (MGP, 1961, p. 88-90) [itálicos do autor]</p>	<p>Contáveis e não-contáveis (p. 114-117) “À categoria dos não-contáveis pertence o substantivo <i>coletivo</i>, que, na forma singular, faz referência a uma coleção ou conjunto de objetos: <i>arvoredo, folhagem, casario</i> (...)”. “Não se confundem com os coletivos os chamados por Herculano de Carvalho <i>nomes de grupo</i> (bando, rebanho, cardume, etc.), embora assim o faça a gramática. Na realidade, são nomes de conjunto de objetos contáveis, que se aplicam habitualmente ou a uma espécie definida (<i>cardume, alcateia, enxame</i>) ou total ou parcialmente indefinida (<i>conjunto, grupo, bando: bando de pessoas, de aves, de alunos</i>). Ao contrário dos coletivos, os nomes de grupos, principalmente do 2.º grupo, requerem determinação explícita da espécie de objetos que compõem o conjunto: <i>um bando de pessoas, de adolescentes, etc.; um cardume de baleias, de sardinhas, etc.</i> Já não seria possível <i>um vinhedo de vinhos</i> São coletivos e nomes de grupos usuais: Conjunto de pessoas: (...) Grupo de animais: (...) Grupo de coisas: (...)” (MGP, 1999, p. 114-117) [itálicos e negritos do autor].</p>

Notemos que essa distinção entre substantivos coletivos e nomes de grupos implica necessariamente a contraidentificação¹⁸ do sujeito em relação ao que se diz dizer a Gramática. Temos na sequência duas posições discursivas

¹⁸ Pêcheux ([1975] 2009), tendo em vista o posicionamento do sujeito da enunciação numa determinada formação discursiva e, por conseguinte, a forma como se relaciona com a forma-sujeito que a organiza, postula três modalidades de subjetivação. Na primeira, a posição em que o sujeito se inscreve se superpõe à forma-sujeito, isto é, há uma total identificação/assujeitamento em relação aos saberes por ela organizados, caracterizando o que o autor chamou de *bom sujeito*. Na segunda, há um distanciamento, uma contraidentificação em relação a esses saberes, de modo que o sujeito passa a se identificar a uma outra FD, caracterizando o *mau sujeito*. Na terceira modalidade, sem que haja uma ruptura com a forma-sujeito e, portanto, com a FD que organiza, o sujeito dela desidentifica-se. Nessa modalidade, diferentemente da anterior, não há desassujeitamento, mas um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito, de modo que a ideologia enquanto categoria a ela filiada passa a funcionar “de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo de formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontrariam intrincadas nesse complexo)” (ibid., p. 202).

que comparecem no corpo da gramática. A primeira é aquela a cujos saberes o sujeito se identifica: “Não se confundem com os coletivos os chamados por Herculano de Carvalho *nomes de grupo* (bando, rebanho, cardume, etc.)”. A segunda é introduzida pelo operador discursivo contrastivo *embora*. Trata-se de uma posição outra, filiada à Gramática, à qual o sujeito não se identifica e cujo saber é significado da posição em que o sujeito se inscreve como uma confusão que se coloca em função da não consideração da distinção entre os chamados substantivos contáveis e não-contáveis.

Notemos ainda que, uma vez que há uma coincidência entre o que se diz dizer a Gramática e o que se diz na 1ª edição da MGP, tal contraidentificação implica ainda o afastamento do sujeito em relação à função-autor que organiza a edição de 1961. Apesar disso, as subcategorias elencadas para coletivos, na 1ª edição, ou para coletivos e nomes de grupo da trigésima sétima, são as mesmas (Conjunto de pessoas, Grupo de animais, Grupo de coisas), e os mesmos também são os exemplos que as seguem.

2) Em relação ao “plural dos nomes terminados em -ão”:

Vejamos o quadro a seguir.

Quadro 4: Plural dos nomes terminados em -ão (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>“Repartem-se êstes nomes por três formas de plurais: 1) ões (a maioria dêles): <i>coração, corações; questão, questões; melão, melões; razão, razões.</i> 2) ães: <i>cão, cães; capelão, capelães; alemão, alemães; capitão, capitães; escrivão, escrivães; tabelião, tabeliães; pão, pães; maçapão, maçapães; matacão, matacões; catalão, catalães.</i> 3) aões: <i>chão, chãos; cidadão, cidadãos; cristão, cristãos, desvão, desvãos; grãos, grãos; irmãos, irmãos; mãos, mãos; pagãos, pagãos (...)</i> (MGP, 1961, p. 92) [itálicos e negritos do autor].</p>	<p>“Os nomes em -ão tônico a rigor pertencem à classe dos temas em -o ou em -e, conforme o plural respectivo: irmãos (= irmão + s), pães (= *pãe + s), leões (= *leõe + s). Para uma descrição coerente Mattoso propõe que se parta das formas teóricas do plural para se chegar ao tema, suplementadas pelas regras morfofonêmicas pertinentes, no processo de formação de plural. Destacando-se a vogal temática (que passa a semivogal de ditongo em contacto com a vogal anterior), teremos o radical em -õ (leõ) e o radical em -ã (irmã, pã). 1) os substantivos em -õ com tema em -e fazem o plural com acréscimo da desinência -s: leão (* leõ + e + s) > leões coração (* coraçõ + e + s) > corações Assim, temos os plurais: <i>questões, melões, razões</i>, etc. Este grupo é o mais numeroso e, por isso mesmo, tende, no uso espontâneo, a assimilar outras formas de plural que a língua exemplar não adota. Neste grupo estão incluídos todos os substantivos abstratos formados com os sufixos -ção, -são e -ão e grande parte de substantivos concretos. <i>comoção > comoções; adoração > adorações</i> <i>apreensão > apreensões; compreensão > compreensões</i> <i>abuso > abusões; visão > visões</i> <i>caminhão (camião) > caminhões (camiões); barracão > barracões</i> Este radical teórico em -õ aparece evidente em adjetivos e verbos da mesma família do substantivo, o que é sinal de que este faz o plural em -ões; por exemplo, leonino denuncia o plural correto de leão: leões. 2) os substantivos em -ã com tema em -o (irmão) fazem o plural com o acréscimo da desinência -s: irmão (*irmã + o + s) > irmãos cidadão (*cidadã + o + s) > cidadãos Este radical teórico em -ã aparece evidente em adjetivos e verbos da mesma família dos substantivos irmão (irmanar) e cidadão (cidadania). 3) os substantivos em -ã com vogal temática -e (pã - e de pães) fazem o plural com o acréscimo da desinência -s: pão > (pã + e + s) > pães capitão > (capitã + e + s) > capitães . (...)” (MGP, 1999, p. 119-120).</p>

Na edição de 1961, coloca-se que as palavras terminadas em *-ão* “repartem-se (...) por três formas de plurais: 1) *ões* (a maioria dêles) (...); 2) *ães* (...); e3) *aões* (...)” (MGP, 1961, p. 92). Na edição de 1999, mobiliza-se novamente a noção de forma teórica, dessa vez a partir da filiação aos saberes inscritos no nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*História e estrutura da língua portuguesa*, 1975). Sob essa perspectiva, como podemos ver no Quadro 4, distinguem-se as palavras com radicais em *-ã* das palavras com radicais em *-õ*. As primeiras, considerando as chamadas formas teóricas, podem no plural fazer tema em *-o* (*irmão* + *-s*) ou *-e* (**pãe* + *-s*); as segundas, somente em *-e* (**leõe* + *-s*). Nos três casos, diferentemente do que se dizia na edição de 1961, diz-se que o plural é obtido somente pelo acréscimo de *-s*. Nessa seção também há manutenção do exemplário.

3) Em relação a “palavras que não possuem marca de número”:
Vejam os o quadro a seguir.

Quadro 5 : Palavras que não vão para o plural X Palavras que não possuem marca de número (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>Palavras que não vão para o plural “Não variam no plural os nomes terminados em: s (em sílaba átona; palavras sigmáticas): <i>o pires, os pires; o lápis, os lápis.</i> <i>Simples faz simpleces</i> ou, o que é mais comum, não varia. <i>Cais e xis</i> são invariáveis, <i>o cais, os cais; o xis; os xis.</i></p> <p>x (com valor de cs): <i>o tórax, os tórax; o ônix, os ônix.</i> Observações: Alguns vocábulos com x = cs possuem a variante em ce: <i>índice</i> ou <i>índice</i>, <i>ápex</i> ou <i>ápice</i>; <i>códex</i> ou <i>códice</i>. Seus plurais são, respectivamente, <i>índices</i>, <i>códices</i>, <i>ápices</i>. Aliás, são preferíveis as grafias <i>índice</i>, <i>códice</i> e <i>ápice</i>, no singular.” (MGP, 1961, p. 94) [itálicos do autor].</p>	<p>Palavras que não possuem marca de número “Há significantes terminados por -s em sílaba átona (como <i>lâpis</i>, <i>pires</i>, ou monossílabos como <i>cais</i>, <i>xis</i>) que não possuem marca de número, quer no singular quer no plural, pois se mostram alheias à classe gramatical de número. <u>Cremos ser a melhor lição a de Herculano de Carvalho, segundo a qual não se pode aceitar a doutrina corrente que vê nessas formas um singular que permanece invariável no plural.</u> É um caso de sincretismo, e não de neutralização [HCv.3, 608-609 e 642]. <u>A pluralidade é marcada pelos adjuntos (artigo, adjetivo, pronome, numeral): o <i>lâpis</i>, os <i>lâpis</i>; um <i>pires</i>, dois <i>pires</i>; este <i>xis</i>, estes <i>xis</i>.</u> Estão neste caso os terminados em: 1) -s (em sílaba átona; palavras sigmáticas): <u><i>o pires, os pires; o lápis, os lápis; a cútis, as cútis.</i></u> Observação: <u><i>Simples faz simpleces</i> ou, o que é mais comum, não varia.</u> <i>Cós, lais e ferrabrás</i> são mais usados invariáveis, mas possuem o plural <i>coses, laises e ferrabrases</i>. 2) -x (com o valor de cs): <u><i>o tórax, os tórax; o ônix, os ônix.</i></u> <u>Observação: Alguns nomes com x = cs possuem a variante em ce: <i>índice</i> ou <i>índice</i>, <i>ápex</i> ou <i>ápice</i>; <i>códex</i> ou <i>códice</i>. Seus plurais são, respectivamente, <i>índices</i>, <i>códices</i>, <i>ápices</i>. Aliás, são preferíveis as grafias <i>índice</i>, <i>códice</i> e <i>ápice</i>, no singular.</u>” (MGP, 1999, p. 122-123) [itálicos do autor; sublinhados nossos].</p>

Como podemos observar no Quadro 5, o deslocamento dessa vez se faz significar desde o título. Na 1.^a edição, temos “Palavras que não vão para o plural” seguido da explicação: “Não variam no plural os nomes terminados em (...)” (MGP, 1961, p. 94). Na 37.^a edição, além da reformulação do título – “Palavras que não possuem marca de número” –, temos também, a partir da identificação a saberes filiados ao nome de autor Herculano de Carvalho (*Teoria da linguagem*, 1967-1973), a reformulação do que se diz no corpo da subseção.

Enquanto na edição de 1961 as palavras terminadas em *-x* e *-s* são significadas como invariáveis no plural, na edição de 1999 elas são (res)significadas como palavras em que, embora haja ausência de marca de plural, a pluralidade é marcada nos adjuntos que as acompanham. Observemos ainda que, mais uma vez, o deslocamento de sentidos implica um posicionamento que, pautado em critérios (morfo)sintáticos, deslegitima os sentidos filiados ao que se toma como “a doutrina corrente”, os quais coincidem com aqueles que comparecem na 1ª edição: “Creemos ser a melhor lição a de Herculano de Carvalho, segundo a qual não se pode aceitar a doutrina corrente que vê nessas formas um singular que permanece invariável no plural”. Há manutenção e inclusão de exemplos.

4) Em relação ao “gênero”:

Como pontuamos inicialmente, a NGB postula que os substantivos flexionam em gênero masculino, feminino, epiceno, comum de dois gêneros e sobrecomum. Na edição de 1961, apesar de os outros termos também comparecerem no corpo da gramática, o que se toma por flexão de gênero restringe-se aos dois primeiros, como podemos observar no Quadro 6.

Quadro 6: Gênero (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	MGP (1999)
<p>Gênero do substantivo.</p> <p>“A nossa língua conhece dois gêneros: o masculino e o feminino. São masculinos os nomes a que se pode antepor a palavra <i>o</i>: <i>o linho, o sol, o raio, o prazer, o filho, o beijo</i> São femininos os nomes a que se pode antepor a palavra <i>a</i>: <i>A flôr, a casa, a môsca, a nuvem, a mãe</i>” (MGP, 1961, p. 99) [itálicos do autor].</p> <p>Formação do feminino</p> <p>“Os substantivos que designam pessoas e animais <u>se flexionam</u> em gênero e apresentam, quase sempre, duas formas diferentes: uma para indicar os seres do sexo feminino e outra para os seres do sexo masculino (...)” (ibid., p. 99-100) [sublinhado nosso].</p>	<p>Gênero</p> <p>“Todo substantivo está dotado de gênero, que, no português, se distribui entre o grupo do masculino e o grupo do feminino. São masculinos os nomes a que se pode antepor o artigo <i>o</i> (<u><i>o linho, o sol, o clima, o poeta, o grama, o pente, o raio, o prazer, o filho, o beijo</i></u>) e são femininos os nomes a que se pode antepor o artigo <i>a</i> (<u><i>a linha, a lua, a grama, a ponte, a poetisa, a filha, a dor</i></u>). <u>Só que esta determinação genérica não se manifesta no substantivo da mesma maneira que está representada no adjetivo ou no pronome, por exemplo, isto é, pelo processo da flexão.</u> Apesar de haver substantivos em que aparentemente se manifeste a distinção genérica pela flexão (menino / menina, mestre / mestra, gato / gata), <u>a verdade é que a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos e, como diz Herculano de Carvalho, “não é o fato de em português existirem duas palavras diferentes – homem / mulher, pai / mãe, boi / vaca, e ainda filho / filha, lobo / loba (das quais estas não são formas de uma flexão, mas palavras diferentes tanto como aquelas) – para significar o indivíduo macho e o indivíduo fêmea (duas espécies do mesmo “gênero”, em sentido lógico) que permite afirmar a existência das classes do masculino e do feminino, mas, sim, o fato de o adjetivo, o artigo, o pronome, etc., se apresentarem sob duas formas diversas exigidas respectivamente por cada um dos termos de aqueles pares opositivos –, “este homem velho” / “esta mulher velha”, “o filho mais nôvo” / “a filha mais nôva” –, formas que de fato constituem uma flexão”</u> [HCv.1, v.9 s.v. gênero].</p> <p><u>A aproximação da função cumulativa derivativa de -a como atualizador léxico e morfema categorial se manifesta tanto em <i>barca de barco, saca de saco, fruta de fruto, mata de mato, ribeira de ribeiro, etc.</i>, quanto em <i>gata de gato</i>, porque dá “ao tema de que entra a fazer parte a capacidade de significar uma classe distinta de objetos, que em geral constituem uma espécie do gênero designado pelo tema primário”</u> [HCv.3, 536 n.38; HCv.4, 21]. É pacífica, mesmo entre os que admitem o processo de flexão em <i>barco > barca e lobo > loba</i>, a informação de que <u>a oposição masculino – feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo, e serve para distinguir os objetos substantivos por certas qualidades semânticas, pelas quais o masculino é uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer:</u></p> <p><i>barco / barca</i> (= barco grande) <i>jarro / jarra</i> (um tipo especial de jarro) <i>lobo / loba</i> (a fêmea do animal chamado lobo)</p>

	<p>Esta aplicação semântica faz dos pares <i>barco / barca</i> e restantes da série acima <u>não serem consideradas primariamente formas de uma flexão, mas palavras diferentes marcadas pelo processo de derivação</u>. Esta função semântica está fora do domínio da flexão. <u>A analogia material da flexão de gênero do adjetivo</u> é que levou o gramático a pôr no mesmo plano <i>belo / bela</i> e <i>menino / menina</i>. Este fato explica por que <u>na manifestação do gênero no substantivo, entre outros processos, existe a indicação por meio de sufixo nominal</u>: <i>conde / condessa, galo / galinha, ator / atriz, embaixador / embaixatriz</i>, etc. Sem ser função precípua da morfologia do substantivo, a diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles. Esta manifestação se realiza ou <u>pela mudança de sufixo</u> (como em <i>menino / menina, gato / gata</i>) – é a moção –, ou pelo recurso a palavras diferentes que apontam para cada um dos sexos – é a heteronímia (<i>homem / mulher, boi / vaca</i>). Na primeira série de pares, como já vimos na lição de Herculano de Carvalho, não temos formas de uma flexão, mas, nelas, como na segunda série de pares, estamos diante de palavras diferentes. Quando não ocorre nenhum destes dois tipos de manifestação formal, ou o substantivo, com o seu gênero gramatical, se mostra indiferente à designação do sexo (<i>a criança, a pessoa, o cônjuge, a formiga, o tatu</i>) ou, ainda indiferente pela forma, se acompanha de adjuntos (artigos, adjetivos, pronomes, numerais) com moção de gênero para indicar o sexo (<i>o artista, a artista, bom estudante, boa estudante</i>).” (p. 131-133) [itálicos do autor; sublinhados nossos].</p>
--	---

Na edição de 1999, por sua vez, embora se considere que todo substantivo está dotado de gênero e embora também compareça o efeito de restrição que observamos da edição de 1961, identificando-se a saberes filiados ao nome de autor Herculano de Carvalho (*Teoria da Linguagem*, 1967-1973; *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, 1965), a “determinação genérica” no substantivo é tomada não enquanto resultado de um processo de flexão, mas de derivação, porque se entende que “a inclusão num ou noutro gênero depende direta e essencialmente da classe léxica dos substantivos” (MGP, 1999, p. 132). Sob essa perspectiva, então, levando-se em consideração o que se coloca como uma “aplicação semântica”, o efeito de oposição entre o masculino e o feminino pode fazer significar sentidos outros que transcendem a diversidade de sexo. Assim sendo, enquanto o masculino é tomado, a partir de uma citação não marcada de dizeres filiados ao nome de autor Mattoso Câmara Jr. (*Estrutura da língua portuguesa*, 1970), como uma “forma geral, não marcada semanticamente”, o feminino é significado como uma forma marcada, “que expressa uma especialização qualquer”: *barco / barca* (= barco grande), *jarro / jarra* (um tipo especial de jarro), *lobo / loba* (a fêmea do animal chamado lobo).

Nesse sentido, distinguem-se ainda do substantivo o adjetivo, o artigo e o pronome, porque se entende que nestes a marca de gênero não coloca em questão uma especialização semântica, mas é exigida pela relação estabelecida com os termos que determinam (“este *homem* velho”/ “esta *mulher* velha”; “o *filho* mais novo”/ “a *filha* mais nova”). Com isso, à luz da abordagem morfossintática, o que se toma por flexão de gênero é significado em relação à concordância gramatical.

Além disso, desse lugar em que se inscreve o sujeito, entende-se que foi a chamada “analogia material da flexão de gênero do adjetivo que levou o gramático a pôr no mesmo plano belo/bela e menino/menina” (ibid., p. 132) [sublinhado nosso]. Assim, mais uma vez o deslocamento de sentido implica contraidentificação não só em relação ao que se diz que “o gramático”/ a Gramática postula, mas também ao que se diz na 1.^a edição da MGP, na qual o gênero é significado como da ordem da flexão. O gramático põe “no mesmo plano”, confunde, mistura coisas distintas (flexão e derivação). Na 37.^a edição, a partir da inscrição do sujeito no campo da Linguística e, portanto, no lugar do linguista, supõe-se não se fazer isso.

Por fim, faz-se aqui preciso fazer uma observação em relação à mobilização dos saberes filiados ao nome de Câmara Jr. Como pontuamos, na 37.^a edição, o masculino é classificado, a partir de uma citação não marcada de Câmara Jr. (*Estrutura da língua portuguesa*, 1970)¹⁹, como uma “forma geral, não-marcada semanticamente” e o feminino como uma forma marcada que “expressa uma especialização qualquer” (MGP, 1999, p. 132). Alguns exemplos que compa- recem na 37.^a são inclusive recortados da obra desse autor, como *barco/barca* e *jarro/jarra*, mas a referência a Câmara Jr. se dá apenas de forma genérica ao

¹⁹ Diz Câmara Jr. ([1970] s/d, p. 88): “A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português. (...) Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais providos de sexo, quer designem apenas ‘coisas’ (...). Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. (...) Na realidade, o gênero é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes (...). (...) a oposição masculino – feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas (...). O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de ‘jarro’, *barca* um tipo especial de ‘barco’, como *ursa* é a fêmea do animal chamado ‘urso’ (...))”.

se afirmar que esse posicionamento “é pacífico mesmo entre os que admitem o processo de flexão” (ibid., loc. cit.) em casos como os elencados. Do posicionamento em que se inscreve esse nome de autor, porém, o sujeito-gramático, identificando-se aos saberes filiados ao nome de Herculano de Carvalho, distancia-se à medida que significa o gênero como resultado de um processo de derivação e não de flexão, como comparece em Câmara Jr. Assim sendo, entendemos que, ao articularem-se os dizeres filiados a esses nomes de autor, apaga-se, na 37.^a edição da MGP, o conflito, a contradição existente entre as duas posições em questão, unindo-as e apaziguando, com isso, a tensão entre os saberes que delas emanam.

5) Em relação ao “grau”:

Na edição de 1961, como podemos ver no Quadro 7, há identificação do sujeito ao que determina a NGB: o chamado grau é tomado como um tipo de flexão realizado pelo substantivo por meio de dois processos, sintético e analítico, dividindo-se o primeiro ainda, a partir do acréscimo de um sufixo à base do substantivo, em aumentativo e diminutivo. “Sintético”, “Analítico”, “aumentativo” e “diminutivo” são, pois, termos instituídos/legitimados pela NGB que o sujeito-gramático, nas condições de produção da 1.^a edição da MGP, deve comentar para se significar como autor de compêndios gramaticais. Esses termos, bem como os exemplos a eles relacionados, comparecem também na 37.^a edição, mas, em vez de serem significados em relação ao que se toma por flexão, o são em relação à chamada derivação. Os termos são, pois, os mesmos, mas os sentidos são outros.

Quadro 7: Grau (MGP 1961 X MGP 1999).

MGP (1961)	(MGP, 1999)
<p>“Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída: homem – homenzarrão – homenzinho A NGB estabelece dois graus de significação do substantivo: a) aumentativo: homenzarrão b) diminutivo: homenzinho A flexão gradual do substantivo se realiza por dois processos: a) o <i>sintético</i> – consiste no acréscimo de um final especial chamado sufixo <i>aumentativo</i> ou <i>diminutivo</i>: homenzarrão, homenzinho; b) o <i>analítico</i> – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: homem grande, homem pequeno.” (MGP, 1961, p. 105) [itálicos do autor].</p>	<p>“Os substantivos apresentam-se com a sua significação aumentada ou diminuída, auxiliados por <u>sufixos derivacionais</u>: homem – homenzarrão – homenzinho A NGB, <u>confundindo flexão com derivação</u>, estabelece dois graus de significação do substantivo: a) aumentativo: homenzarrão b) diminutivo: homenzinho A <u>derivação gradativa do substantivo se realiza por dois processos</u>, numa prova evidente de que estamos diante de um processo de derivação, e não de flexão: a) sintético – consiste no acréscimo de um final especial chamado sufixo derivacional aumentativo ou diminutivo: homenzarrão, homenzinho; b) analítico – consiste no emprego de uma palavra de aumento ou diminuição (grande, enorme, pequeno, etc.) junto ao substantivo: homem grande, homem pequeno. A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório em toda uma classe homogênea, fato que não ocorre na derivação, o que já levará o gramático e erudito romano Varrão a considerá-la uma <i>derivatio voluntaria</i>” (MGP, 1999, p. 140) [itálicos do autor; sublinhado nosso].</p>

Observemos ainda que, para o que antes se tinha “A NGB estabelece dois graus de significação do substantivo”, temos “A NGB, confundindo flexão com derivação, estabelece dois graus de significação do substantivo”. A interposição da oração reduzida de gerúndio marca na língua a contraidentificação do sujeito em relação à memória imposta pela NGB e o seu posicionamento num lugar outro a partir do qual sentidos de confusão são atribuídos à terminologia oficial e, por conseguinte, às gramáticas que se inscrevem nessa memória, como é o caso da 1.^a edição da MGP.

Apesar disso, no subcapítulo destinado ao estudo do adjetivo, mais especificamente na seção “Flexões do adjetivo”, faz-se uma concessão ao que diz à NGB: considera-se que o grau não é da ordem da flexão, mas se afirma que *assim* ele será trabalhado, porque *assim* é “ainda contemplado pela NGB” (MGP, 1999, p. 145).

Considerações finais

Iniciamos estas considerações finais retomando a epígrafe deste artigo, na qual Fournier assinala o confronto do historiador das ideias linguísticas com a tensão entre permanência e mudança, manutenção e ruptura, ou, em outras palavras, entre a repetição do mesmo e a inscrição do diferente em materialidades discursivas distintas. Nesse sentido, destacamos, como resultado da análise depreendida na seção anterior, dois pontos principais, a saber: a manutenção do comparecimento de saberes filiados ao lugar do gramático e ao do linguista e, relacionado a este, a distinção no que diz respeito ao que se coloca como Linguística moderna em cada uma das edições analisadas.

No que tange ao primeiro ponto, destaquemos que, embora em ambas as edições compareçam sentidos filiados aos domínios de saber da Gramática Normativa/Tradicional e da Linguística, a forma como esses sentidos comparecem (podem comparecer) em cada uma delas distingue-se.

Na 1.^a edição, ainda que o sujeito-gramático não se identifique, por vezes, aos saberes impostos pelo domínio da Gramática, os saberes outros, filiados ao que se toma, nessas condições de produção, por Linguística Moderna, comparecem de um modo geral à margem do dizer da Gramática em observações e notas de rodapé. Estas comparecem na gramática como um corpo que não é corpo. Estão à margem do dizer sobre a língua, numa letra menor, mas com este se relacionam como marca de diferença, uma diferença controlada que corrobora a projeção na gramática do imaginário de completude, isto é, de tudo poder dizer sobre a língua.

Já na 37.^a edição, a mudança do seu espaço de circulação e, consequentemente, do efeito-leitor projetado, bem como a distinção entre o lugar da Gramática e o da Linguística, legitimam o comparecimento no corpo da gramática dos sentidos filiados à Linguística. Note-se, porém, que, apesar de, por vezes, o plano teórico-conceitual nos levar a crer que estamos diante de uma gramática descritiva, por vezes também nos deparamos com saberes que remetem ao funcionamento da gramática normativa. E isso porque, como evidencia a manutenção na 37.^a edição de boa parte do exemplário encontrado na 1.^a edição, a língua (sobre a qual se diz) em ambas as edições é a mesma: ambas as edições restringem-se a prescrever os modos de dizer próprios ao que se coloca como “língua geral, padrão ou oficial” (MGP, 1961) ou “língua exemplar” (MGP, 1999). Daí termos proposto em nossa tese de doutoramento, no que diz respeito à caracterização da forma de gramática das edições de 1961 e de 1999, que, enquanto aquela configura-se como uma gramática normativa – portanto,

inscrita no domínio de saber da Gramática – *atravessada* por saberes filiados ao lugar da Linguística; esta configura-se como uma gramática *cindida* entre os saberes filiados aos domínios de saber da Gramática e da Linguística. Lembremos aqui que, apesar dos avanços alcançados em termos de terminologia, conceituação e descrição com a instituição e o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, a NGB ainda produz efeitos no dizer do gramático sobre a língua na 37.^a edição.

E assim chegamos ao segundo ponto elencado por nós: o sintagma Linguística moderna possui em cada uma das edições analisadas sentidos distintos. Na 1.^a edição, esse sintagma designa, como pontuamos, os saberes filiados tanto aos diferentes Estruturalismos como à Filologia. Já na 37.^a edição, embora esses saberes ainda compareçam, devido à instituição no Brasil de diferentes teorias linguísticas, também se fazem significar no corpo da gramática saberes filiados à Sociolinguística, à Linguística Geral e, sobretudo, ao Funcionalismo de Eugenio Coseriu e a sua (re)leitura dos estudos saussureanos. Há, inclusive, a partir da identificação do sujeito-gramático aos dizeres filiados ao nome de Coseriu, como vimos, uma defesa, se assim podemos dizer, de uma análise linguística, ao mesmo tempo, estrutural e funcional que coloca lado a lado os sentidos inscrito nos domínios de saber do(s) Estruturalismo(s) e do Funcionalismo, apagando as contradições existentes entre eles.

Os resultados a que chegamos a partir das análises depreendidas impuseram a formulação, a partir da proposta de Auroux ([1992] 2009), da distinção teórica entre a *Gramática* (com letra inicial maiúscula), enquanto domínio de saber, e a *gramática* (com letra minúscula), enquanto forma material. Em primeiro lugar, faz-se preciso assinalar que, do ponto de vista discursivo, embora tenham estatutos distintos, uma e outra são produtos históricos no sentido em que são frutos de gestos de interpretação²⁰ procedidos por sujeitos-gramáticos sob determinadas condições de produção. A diferença é que no primeiro caso os gestos de interpretação que (re)produziram os sentidos inscritos no domínio da Gramática tiveram a sua autoria apagada em prol da naturalização destes.

Assim sendo, tendo em vista a heterogeneidade de saberes que constituem

²⁰ A noção de interpretação em AD diz respeito ao processo de (re)produção de sentidos. Para a perspectiva discursiva, há uma injunção à interpretação que faz com que o sujeito, diante de qualquer objeto simbólico, atribua-lhe sentido, o signifique. Esse movimento, no entanto, lhe é apagado em decorrência das condições de produção, determinadas ideologicamente, que lhe evidenciam uns sentidos, em detrimento de outros. É graças a esse apagamento que se tem o que em AD se chama de “equivoco constitutivo da ideologia”, segundo o qual, como nos explica Orlandi (2007, p. 90), “o que lhe parece sua definição é justamente o que o submete”.

a chamada *Gramática* (normativa/tradicional), diremos que ela se constitui enquanto um domínio de saber (Pêcheux, [1975] 2009), uma formação discursiva²¹, na qual se inscrevem diferentes formas de saber (a fonética/ fonologia, a morfologia, a sintaxe etc.), e que, enquanto tal, distingue-se de outros domínios. Dizer que a Gramática se constitui enquanto um domínio de saber implica, portanto, em outras palavras, tomá-la como um conjunto de dizeres sobre a língua que se impõe como *a* memória histórica oficial/social (Mariani, 1998)²² do discurso gramatical brasileiro, isto é, como *a única memória possível* para esse discurso à qual está filiada uma determinada prática discursiva.

Vimos, na seção anterior, que na 1.^a edição essa imposição, em função da recente implementação da NGB, do seu espaço de circulação (escolas de nível básico) e do efeito-leitor projetado (professores e alunos do ensino básico, bem como interessados no ensino e aprendizado do idioma), tem um efeito mais incisivo. Na 37.^a edição, porém, o deslocamento do espaço de circulação da escola para a universidade e, conseqüentemente, do efeito-leitor projetado (professores e colegas de pesquisa, alunos do nível superior) não deslegitima a sua imposição, tendo em vista a identificação do sujeito por vezes ao domínio da Gramática, mas promove a possibilidade de comparecimento no corpo da gramática de sentidos filiados a outros domínios de saber.

A *gramática*, por seu turno, consiste na forma material na qual, em determinadas condições de produção, se inscrevem discursos sobre uma ou mais línguas, sobre a língua(gem) ou ainda sobre a metalíngua. Ela é, pois, um produto de práticas discursivas historicamente determinado no qual se projeta um imaginário de instrumentação, descrição e/ou normatização. Tomando-a em relação à *Gramática* (domínio de saber), diremos que há entre esta e aquela um efeito de dupla determinação: as *gramáticas* são determinadas pela *Gramática*, mas nela também produzem efeitos, podendo fazerem-se significar na memória (oficial) do discurso gramatical brasileiro. O ponto de partida de nossa análise neste artigo foi, portanto, a *gramática*, forma material na qual, a partir do gesto de interpretação procedido pelo sujeito-gramático ao se significar/ser significado como autor de compêndios gramaticais, como a análise nos possibilitou observar, articulam-se e produzem diferentes efeitos, em função das distintas condições de produção, o linguístico, o histórico e o ideológico.

²¹ Tal como Indursky (2006-2008), entendemos as formações discursivas como domínios de saber nos quais se dá a produção de sentidos.

²² Entendemos como memória histórica oficial do discurso gramatical brasileiro aquela que se instituiu e se naturalizou como evidência após a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1959.

Referências

a) Obras analisadas

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa (curso médio) – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 1^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a edição. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

b) Obras citadas

ALTMAN, Cristina. A Conexão Americana: Mattoso Câmara e o Círculo Linguístico de Nova Iorque. *DELTA*, n.20, especial, 2004, p.129-158.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização* (1992). Trad. Eni P. Orlandi. 2^a. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

BALDINI, Lauro José Siqueira. *A nomenclatura gramatical brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: 1999.

BRASIL. Ministério do Estado da Educação e Cultura. *Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959*, que dispõe sobre a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1959.

CÂMARA JR., Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa* (1970). 36^a. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, s/d.

CAVALIERE, Ricardo (org.). *Entrelaços entre textos: miscelânea em homenagem a Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. F. de Saussure et la constitution d'un domaine de mémoire pour la linguistique contemporaine. In: *Langages*, 28^e année, n.º114, 1994. pp. 41-53.

DE LEMOS, C.; DE VITTO, M.; ANDRADE, L.; SILVEIRA, ELIANA. Le saussurisme em Amérique latine au XX^e siècle. In : *Cahiers de Ferdinand de Saussure*, número 56, 2003, p. 165-176.

DEZERTO, Felipe Barbosa. *Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar escolar (de 1838 a 1945)*. 2013. Tese de Doutorado – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói. 2013.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969-1983). In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.

_____. *A Ordem do discurso*. 15^a ed. São Paulo: Loyola, 2007.

- FOURNIER, J.M. Recherches sur les theories grammaticales de la tradition française (16e. – 19e. siècle), Memoire depose em vue de l’habilitation a diriger des recherches, Paris, 2008.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira”. In: GUIMARÃES E.; ORLANDI, E. (orgs.). *Língua e Cidadania: o português do Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- _____. *História da Semântica*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. O Cânone Linguístico-Literário na Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara. *Idioma*, 20. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro/UERJ, 1998, p. 25-36.
- INDURSKY, Freda. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre o MST. In: MARIANI (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise de discurso e psicanálise*. São Carlos: Clara Luz, 2006.
- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de discurso. In: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E. e CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- MACIEL, Maximino. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa (1910). In: *Revista Relatos* 3. Junho/1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html>. Acesso em 10AG02014.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- MEDEIROS, Vanise Gomes; PACHECO, Denise. *Materiais didáticos de Língua Portuguesa: reflexões acerca do lugar do professor*. In: DAHER, Del; GIORGI, M. Cristina; RODRIGUES, Isabel. (Org.). *Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 1, p. 49-60.
- MEDEIROS, Vanise G.; MATTOS, Thiago. O Dialeto Caipira, de Amadeu Amaral: Discurso Fundador e Acontecimento Discursivo. In: *Revista Confluência*, n. 41/42, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico* (1996). 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1975). 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PUECH, Christian. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue. *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 5 | 1998. Disponível em: <http://cediscor.revues.org/267>. Acesso em : 6DEZ2015.

SAVATOVSKY, Dan. Le français, matière ou discipline?. In: *Langages 120: Les savoirs de la langue, histoire et disciplinarité*. Vol. 29. Paris: Larousse, 1995.

Recebido em 19 de março de 2017.

Aceito em 23 de maio de 2017.